

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2006**  
(Dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e Luiz Carlos Hauly)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o resgate de títulos – Global Bonds com vencimento entre 2007 e 2030.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o resgate de títulos – Global Bonds com vencimento entre 2007 e 2030:

- qual a autoridade responsável pelo resgate antecipado dos títulos (Global Bonds)?
- o que motivou o resgate dos títulos que tinham vencimento previsto para até o ano de 2030?
- relação dos investidores que se beneficiaram com a recompra antecipada dos títulos.
- quais os eventuais prejuízos auferidos ao Banco Central pela medida adotada?

**JUSTIFICAÇÃO**

A Folha de São Paulo, no dia 7 de junho de 2006, veiculou notícia intitulada “O BC não é rico para dar conforto a investidores resgatando títulos que iriam vencer daqui a 24 anos”, escrita pelo colunista LUÍS NASSIF que assim dispõe:

“O SÁBIO recluso me ligou inconformado com a recompra de Global Bonds com vencimento entre 2007 e 2030. Para ele, é visão de operador de mesa que está tanto por trás da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) quanto da Diretoria da Área

Externa do Banco Central. Para atrair os dólares, o país pagou altíssimo custo econômico, com uma política monetária esdrúxula visando dar conforto aos investidores. Estão olhando com o viés do outro lado da mesa, a do cliente. Da mesma maneira que a mesma STN, em 1999, converteu 40 moedas podres da pior qualidade (Sunamam e Siderbrás) em NTC-C, quase papel-moeda, para dar conforto e liquidez ao mercado, esquecendo que sua obrigação era com o país. O sábio não se conforma. Queimaram US\$ 4 bilhões para dar conforto ao mercado e baixar míseros 4,4% no risco-país e anunciando planos de gastar mais US\$ 20 bilhões tirados das reservas, necessárias para enfrentar tempos de alta volatilidade que vêm por aí. Antes da recompra, o Brasil tinha US\$ 63 bilhões em reserva. A China, sem Hong Kong, tem US\$ 837 bilhões, a Índia tem US\$ 153 bilhões, e a Rússia, US\$ 225 bilhões. O Banco Central não é rico, portanto, para dar conforto a investidores resgatando títulos que iriam vencer daqui a 24 anos. Nessa brincadeira, já se gastaram US\$ 11,7 bilhões, incluindo os US\$ 6,6 bilhões de bradios. Mais ainda: vender papéis longos custa caro. Por conta do prazo, o Tesouro tem que pagar altas comissões, que podem chegar até a 2% da emissão. Então paga-se para vender e logo depois recompra-se, quando ainda falta quase um quarto de século para vencer. A comissão não é devolvida, e os agentes compradores são os mesmos banqueiros que ganharam na colocação inicial. É a verdadeira festa da uva, brada ele. Se se quiser saber onde está o interesse nacional, diz o sábio, a opinião da Tendências Consultoria é importante: eles acharam ótima a recompra, porque "contribui para dar liquidez ao mercado", segundo Guilherme Loureiro. E daí? Qual é a estratégia?, insiste o sábio. Recomprar para quê? A volatilidade é geral, não é só de papéis brasileiros. Por que, então, a operação? Daqui a uma semana, ninguém vai mais lembrar e, quando o país precisar de novo ir ao mercado, esse gesto de cavalheirismo nem será lembrado. Se o Tesouro e o BC curtem dar conforto ao mercado, conclui o sábio, quem cuida de dar conforto ao Brasil? É importante levar em conta que o Tesouro e o Banco Central são parte intrínseca do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Como bem lembrou Jânio de Freitas no sábado passado, o Tribunal de Contas da União levantou que R\$ 1,6 bilhão saiu do Ministério da Saúde para o Bolsa-Família. Esse cobertor curto tem suas raízes na política ruinosa conduzida há tempos pelo Banco Central e pelo Tesouro. Pior que isso. A maior parte da estratégia de esticar o prazo da dívida foi montada em cima de terreno movediço: investimento externo, privilegiado com isenção de tributação. Pagou-se caro (com a isenção fiscal) para trazer esse dinheiro. Pagou-se caro para segurar parte dele, quando começou a debandada, na semana passada".

As informações que ora requeremos são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2006.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Deputado Luiz Carlos Hauly